

Repórteres e especialistas falam sobre como cobrir a Amazônia

Grilagem, queimadas, corte ilegal de madeira, tráfico, pistolagem: o Brasil que o Brasil pouco conhece



Episódios como o recente assassinato da freira norte-americana Dorothy Stang, no sul do Pará, expõem aos jornalistas e ao público em geral as dificuldades de se cobrir a Amazônia. É uma cobertura complexa, porque envolve questões econômicas, políticas, sociais e ambientais. A dificuldade se agrava pela falta de correspondentes fixos na região, mas hoje há recursos para cobrir melhor dentro das contingências. Neste número do Apuração, repórteres e especialistas contam como cobrir melhor a Amazônia. Confira também os links na seção específica do site. **PÁGINAS 2 e 3**

Evento no Rio debate o direito de acesso

Em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), a Abraji promove no Rio, no dia 22 de março, um seminário sobre direito de acesso a informações públicas. Será o primeiro evento reunindo as entidades do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas depois de sua criação, em 25 de novembro de 2004.

Os palestrantes serão Fernando Molica (Abraji), Jaime Antunes (Arquivo Nacional), Dulce Pandolfi (Ibase e CPDOC-FGV) e Claudio Weber Abramo (Transparência Brasil). O evento ocorre das 9h30 às 12h30, na Av. Rio Branco, 124/22º andar.

Para se inscrever, envie um e-mail para abraji@abraji.org.br.

Estudantes têm atividades no 1º semestre em SP

Estudantes de jornalismo interessados em se tornar repórteres terão duas oportunidades de conhecer o trabalho da Abraji a partir do final de março, em São Paulo. No dia 30, na ECA/USP, a Abraji lança a revista Babel, feita por estudantes, cujo tema foi a criação da associação. Na ocasião, haverá um seminário para alunos e demais interessados. Em abril e maio, a Abraji participa pela segunda vez do projeto Repórter do Futuro, da Oboré Projetos Especiais. Os estudantes têm contato com jornalistas e fontes reais. **PÁGINA 6**

Conheça o BD do Crime Organizado

A Abraji produz desde 2003 um banco de dados sobre o crime organizado, disponível para os sócios fazerem download. Criado pelo diretor do comitê de Reportagem com Auxílio do Computador, José Roberto de Toledo, e atualizado pela monitora Carolina Hungria, o banco de dados já dispõe de mais de 1.200 nomes de indivíduos indiciados ou investigados pela Polícia Federal por alguma das formas de crime organizado.

O crime mais comum entre os indivíduos presos pelas operações da Polícia Federal é o tráfico de drogas, especialmente cocaína. Segundo o banco de dados, 34 pessoas foram presas traficando cocaína para o exterior e 93 internamente. **PÁGINA 4**

Amazônia, a fronteira do desconhecido

Repórteres e especialistas dão dicas para cobrir a região, palco de conflitos e exploração econômica

São 7,5 milhões de km², que se estendem pelo território de oito países e nove Estados brasileiros. Mais de 40% da América do Sul, numa região coberta em sua maior parte pela floresta. Episódios como o recente assassinato da freira norte-americana Dorothy Stang, no sul do Pará, expõem as dificuldades de se cobrir a Amazônia, essa gigantesca desconhecida da maioria dos brasileiros.

Nesse cenário, a grilagem, o corte ilegal de madeira, a submissão de lavradores ao trabalho análogo ao escravo, o tráfico nas fronteiras, a pistolagem, resquícios de coronelismo e o tratamento inadequado das populações indígenas são pauta freqüente da imprensa brasileira. Quase paradoxalmente, poucos dos grandes jornais do país cobrem a região com regularidade.

Para o repórter Amaury Ribeiro Jr., do *Correio Braziliense* e de *O Estado de Minas*, a única maneira de cobrir bem os conflitos no Pará é ir ao local, ver as comunidades, conversar com seus líderes. "O importante é ir a campo. Não podemos seguir apenas relatórios de uma só fonte, que nem por isso deixam de ser úteis. Tem muito assassinato de sem-terra por sem-terra, que não entra nos relatórios", diz. Segundo ele, o Brasil só nota a região depois que um fato grave repercute no exterior. "Quando morreu o Chico Mendes, ninguém no Brasil sabia quem ele era, mas no exterior havia documentários sobre seu trabalho", diz.

Ele localiza o início do acirramento dos conflitos no Pará há 30 anos, no final da guerrilha do Araguaia. Como já ocorrera mais de um século antes na colonização do sul do Brasil, a solução encontrada pelo Exército para evitar conflitos políticos foi doar grandes pedaços de terra para militares, que defenderiam sua propriedade a chumbo. Segundo Amaury, a área nunca foi legalizada. Na seqüência, vários interesses exploratórios aportaram na região, do tráfico de madeira à mineração. "Hoje, quem vai pra lá para desmatar são os brasiguaios, que enriqueceram plantando soja no centro-oeste", diz.

A maior deficiência na cobertura da região, segundo todos os entrevistados, é o fato de a imprensa não ter correspondentes fixos no Pará, como ocorria antigamente. Para o jornalista Maurício Araújo,

redator do website amazonia.org.br, os casos "macro" acabam sendo cobertos com alguma regularidade, mas ainda há problemas na cobertura de "questões que demandam a presença de repórteres qualificados no Brasil profundo onde é grave a audência do poder público e ocorre ocupação de terras privadas e da União, além de desmatamento ilegal".

Segundo Araújo, a cobertura é feita com mais competência pelos grandes jornais, mas apenas quando há algum caso de dimensão nacional. Para obter informações primárias sobre o que ocorre na região, a ONG Amigos da Terra, que mantém o site, conta com uma rede de contatos em ONGs e nas comunidades amazônicas. "A questão fundamental é a capilaridade. Essas redes chegam a lugares onde não há nada e comunicam o que ocorre", diz.

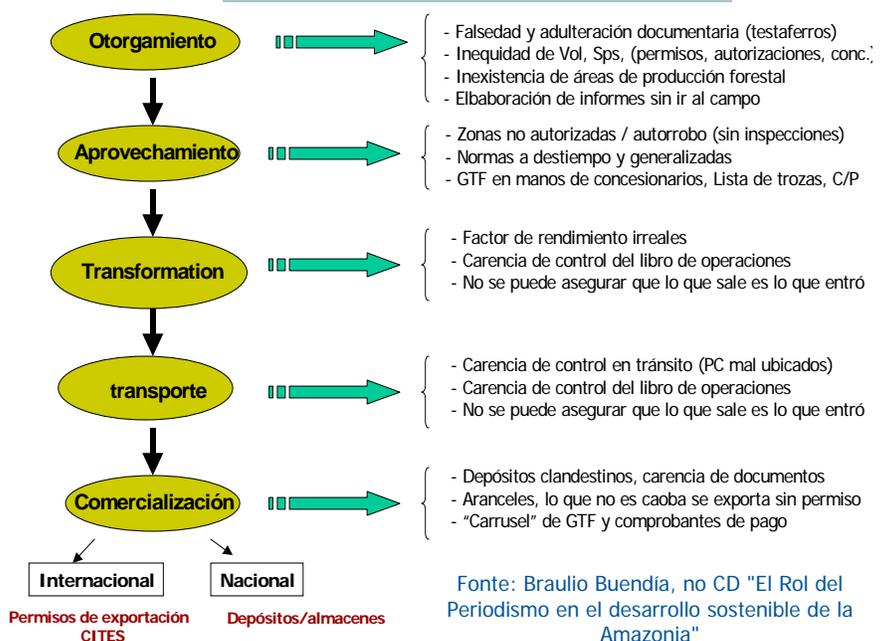
Para o jornalista Lúcio Flávio Pinto, que vive em Belém e cobre a região desde os anos 70, a Amazônia é uma "Sicília verde". A declaração surgiu em entrevista ao *Jornal do Brasil*. Segundo ele, a situação irregular na propriedade de terras na região – especialmente no tocante às fraudes nos títulos de propriedade, na chamada "grilagem" – faz com

que os conflitos sejam resolvidos não judicialmente, mas pelo uso da violência. "Hoje, grande parte da elite amazônica é subproduto do crime organizado. Há um vasto esquema de poder. Grupos de grilagem de terras e exploração clandestina de recursos naturais têm um poder muito maior que o do próprio Estado", afirmou.

A exploração do solo e especialmente o comércio ilegal de madeiras nobres produzem riquezas pelas quais se mata e morre. "Quando há uma morte ou um conflito mais grave, isso causa interesse nacional, mas são interesses ocasionais. Quando acaba a fonte do interesse, cessa a ação organizatória do poder público. Por omissão ou mesmo deliberadamente, o poder público é o indutor dessa forma comum de ação no meio rural na Amazônia, o conflito", disse o jornalista.

A jornalista alemã Karen Finz Keller, que preparou um relatório para a fundação Konrad Adenauer sobre o jornalismo ambiental no Brasil, aponta o principal problema da região: "As autoridades fazem pouco para que se aceite as leis. E, o que é mais grave, não têm a capacidade de fazer controles efetivos num país tão grande quanto o Brasil."

O ciclo do corte ilegal de madeira



Fonte: Braulio Buendía, no CD "El Rol del Periodismo en el desarrollo sostenible de la Amazonia"

Exploração da madeira

Braulio Buendía, que estuda o corte ilegal e comércio de madeira para o World Wildlife Fund, estudou o ciclo econômico da madeira e preparou um modelo de como funciona o corte ilegal, da falsificação dos registros de propriedade aos problemas de fiscalização rodoviar. O gráfico, em espanhol, está publicado na página anterior.

Lúcio Flávio avalia a dimensão econômica do comércio ilegal de madeiras nobres: "O mercado internacional é o receptor. Faz de conta que não tem nada a ver com isso, solidariza-se com os personagens atingidos por essa história trágica, mas é o ponto de partida. Uma árvore de mogno de 3 a 5 metros cúbicos deixa na região US\$ 100, mas ela pode chegar no início da transformação industrial a US\$ 1.800 por metro cúbico (até US\$ 9 mil por árvore)", afirma.

Figuras poderosas na política nacional, como o deputado federal e ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA), já foram acusadas de envolvimento com madeireiros que fazem extração ilegal de mogno. A investigação do caso, aberta em 2001, foi arquivada em junho de 2004 por falta de indícios de envolvimento.

Cada Estado tem suas próprias características. Segundo Liège Albuquerque, diretora de comitês regionais da Abraji e correspondente do *O Estado de S. Paulo* em Manaus, no Amazonas os grileiros pressionam populações tradicionais, especialmente no extremo sul do Estado.

"Para conter o avanço da grilagem, o governo do Amazonas criou, no final de 2004, um conjunto de nove reservas, de diferentes categorias, na divisa com o Mato Grosso. O objetivo é estrangular a grilagem pela impossibilidade de exploração imobiliária da terra", afirma Liège. "O problema é que não há fiscalização por parte do governo estadual e nem do federal", diz.

O corte ilegal de madeira é um dos alvos de investigação da CPI da Biopirataria, que funciona na Câmara dos Deputados até 23 de abril. O relatório deve trazer novidades sobre o assunto. As atividades da comissão parlamentar podem ser acompanhadas no site da Câmara (www.camara.gov.br), na seção Comissões.

Operações militares

A grilagem e o comércio ilegal de

madeira não são a única preocupação na região amazônica. Com uma vasta região de fronteira coberta pela selva, onde do lado colombiano atuam narcotraficantes e as FARC, o combate ao tráfico de drogas também acaba voltando seus olhos para a região.

Desde 1996, os Exércitos brasileiro e norte-americano têm um acordo de cooperação na região. A CPI do Banestado captou remessas de pelo menos R\$ 11 milhões para contas bancárias pessoais de delegados da Polícia Federal entre 1996 e 2002. Rubens Valente, na *Folha de S. Paulo*, e Bob Fernandes, na *CartaCapital*, escreveram sobre o assunto. Segundo reportagem de Valente, parte do dinheiro financiou a operação Cobra, na fronteira do Brasil com a Colômbia.

No final dos anos 90, começou a ser implantado o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que monitora toda atividade aérea na região. Desde outubro de 2004, está em vigor a lei que permite o abate de aeronaves clandestinas. Com isso, muitos traficantes passaram a usar as estradas. As prisões de MS aumentaram sua lotação após a nova lei. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, foi preciso aumentar de 24 para 32 os presídios da região, e o número de detentos saltou de 5 mil para 7 mil.

Violência contra jornalistas

A violência, na região, é considerada a forma natural de solução de conflitos. Lúcio Flávio Pinto, por exemplo, foi agredido num restaurante por um diretor de jornal que não gostou de uma reportagem sua a respeito de seus negócios.

No campo, esses conflitos se acirram. Amaury Ribeiro Jr. conta ter sido ameaçado por grileiros numa de suas idas ao Pará, quando descobriu o matador do padre Josino Tavares, coordenador da Pastoral da Terra assassinado em 1986. "Eles matam todas as testemunhas", afirma.

Amaury conta o que faz para evitar que as ameaças se concretizem: "O bandido normalmente é um covarde – mata se achar que sai impune. Você tem que deixar bem claro que não é uma pessoa qualquer e que, se for morto, vai baixar lá a Polícia Federal e toda a imprensa do país. Eles só entendem essa língua. Senão, matam mesmo."

Caso você tenha alguma reportagem ou experiência a trocar sobre a cobertura da Amazônia, escreva para o Apuração: abraji@abraji.org.br

O QUE LER

O Apuração entrevistou especialistas na questão da Amazônia para elaborar uma lista de leituras recomendadas para jornalistas que queiram cobrir melhor a região e seus conflitos.

A ONG Amigos da Terra, que mantém o website amazonia.org.br, costuma publicar online estudos sobre a Amazônia produzidos por ONGs e institutos de pesquisa. Vários são boas fontes de pautas; outros, fontes de contexto para reportagens. Maurício Araújo, redator do site, recomenda três estudos para quem quer conhecer melhor o assunto antes de escrever uma reportagem.

O primeiro é "*Controle do desmatamento e da exploração de madeira na Amazônia: diagnóstico e sugestões*", preparado pelo governo federal em 2004. Faz um diagnóstico acessível sobre a região.

O segundo, "*A Conexão Hambúrguer alimenta a destruição da Amazônia*", foi pioneiro em vincular o aumento no consumo internacional de carne ao desmatamento. "É uma cadeia: aproveita-se a madeira, depois abre-se pastagens", diz Araújo. O terceiro estudo, "*Desmatamento na Amazônia: indo além da Emergência Crônica*", foi produzido pelo IPAM. Ele identifica as áreas de desmatamento e oferece subsídios, mecanismos e propostas para seu controle.

O banco de estudos da Amigos da Terra está na seção Links do website da Abraji. Entre outros links disponíveis no site estão:

- Relatórios sobre pistolagem no Brasil, produzidos pela ONG Justiça Global;
- Bancos de dados da Comissão Pastoral da Terra, sobre conflitos de terra, de mortes no campo e pessoas ameaçadas de morte;
- O caderno de conflitos no campo, editado em 2003 pela CPT;
- Sínteses e atas da CPI da Terra;
- Imagens de satélite de queimadas e desmatamento;
- Estatísticas e dados cadastrais do Inbra sobre grandes extensões de terra e grilagem.

A Comissão Pastoral da Terra afirmou, em contato feito pela Abraji, que está preparando uma espécie de manual com informações para jornalistas que pretendem cobrir conflitos de terras. A publicação, porém, ainda não está pronta.

Conheça o Banco de Dados sobre o Crime Organizado

Arquivo, organizado pela Abraji, reúne informações sobre mais de 1.200 indiciados pela PF

CAROLINA HUNGRIA

Desde 2003, a Abraji mantém um banco de dados sobre o crime organizado no País. O arquivo é atualizado principalmente com informações da agência de notícias da Polícia Federal. Hoje, o banco contém mais de 1.220 nomes de pessoas investigadas, presas ou indiciadas por diferentes crimes, como tráfico de drogas e corrupção.

As informações incluídas no arquivo são o nome da pessoa investigada, o motivo da investigação, sua localização no Brasil, nomes de advogados e esquema financeiro envolvendo sua atividade criminosa, entre outros.

O banco de dados foi criado por José Roberto de Toledo, diretor de Reportagem Auxiliada por Computador (RAC) da associação. Segundo o jornalista, a Abraji preparou o arquivo para oferecer aos sócios uma ferramenta útil ao seu trabalho, bem como para estimular o uso das técnicas de RAC nas redações. O arquivo foi criado no software Access, do pacote Office da Microsoft, “por ser o programa de banco de dados mais popular no Brasil”, explica Toledo. “Mesmo tendo falhas e sendo de difícil operação, se comparado com o FileMaker, por exemplo, tem uma gama maior de usuários”.

Consultando os dados do banco é possível constatar, por exemplo, que o volume de operações divulgadas pela PF envolvendo casos de desvio de dinheiro público mais que dobrou entre os trimestres de agosto a outubro de 2004 e de novembro a janeiro de 2005. No

primeiro período, foram registrados 36 indiciados por crimes do gênero. No último, o total chegou a 88.

Os crimes ligados à fraude de licitações públicas são os mais frequentes, e respondem por 57% dos 152 nomes citados no arquivo como envolvidos em esquemas de desvio de dinheiro público. Fraudes ao INSS aparecem em segundo, com 26%.

O banco de dados registra também 260 nomes de pessoas indiciadas por tráfico de entorpecentes. Nas rotas internacionais, a cocaína lidera: há 34 registros de presos envolvidos com o transporte e distribuição da substância. Seguem a maconha, com 10, e o ecstasy, com 3. No mercado interno, o ranking é o mesmo: cocaína com 93 indiciados, maconha com 66 e ecstasy com 7.

Estão na lista supostos integrantes de quadrilhas descobertas nas operações Gafanhoto, Vampiro, Alienista, Albatroz, Matriz, Perseu, Predador e Pororoca, entre outras. Segundo a *Folha de S.Paulo*, entre janeiro de 2003 e novembro de 2004 a PF promoveu 38 operações, mobilizando agentes de vários Estados e prendendo 636 acusados (dos quais 132 eram funcionários públicos, sendo 44 da própria PF).

As operações têm tido boa recepção pelo público, por atingirem a própria PF, mas vêm sendo criticadas por advogados criminalistas. Eles acusam as operações de darem pouco acesso aos processos, e apontam excessos e espetacularização.

Por essa razão, somada à ainda pequena representatividade estatística do conjunto dos nomes, não é possível generalizar os dados que constam do arquivo. Embora oficiais, porque baseados em documentos públicos, não são conclusivos. Recursos dos advogados dos acusados podem reverter o indiciamento. Assim, o BD não deve ser utilizado como ponto final de uma investigação jornalística, mas como ponto de partida. Com as informações disponíveis nele, os repórteres interessados podem sair a campo para coletar dados mais atualizados.

Embora a atualização seja feita pela equipe da Abraji, a idéia original é atrair a colaboração de jornalistas de todo o Brasil. “Conforme o arquivo for crescendo e os jornalistas perceberem sua utilidade, vamos criar uma rede de colaboração numa profissão marcada pela concorrência”, resume Toledo.

O diretor recomenda também que os jornalistas que fizerem reportagens utilizando os dados do banco enviem o texto para os arquivos da Abraji. Até agora, nenhuma reportagem foi publicada com o uso do banco de dados.

Caso você queira mais informações sobre o banco de dados do crime organizado preparado pela Abraji, procure a associação: abraji@abraji.org.br

Para baixar e usar o banco de dados, visite a seção **Biblioteca** do site da Abraji.

Sócios têm novo espaço de debate

Estréia em 20 de março o "Bate Pauta", nova seção do site da Abraji. O novo espaço, que vai facilitar a resolução de dúvidas e a troca de informações entre os sócios, marca a primeira fase das mudanças no site. O novo painel, de uso restrito dos sócios, complementará a lista de discussão, aberta a todos os interessados.

Segundo Fabiano Denardin, publicitário, programador e editor responsável pela reformulação do site, as principais vantagens do novo serviço serão a centralização e a facilidade de busca das mensagens.

“Todas as discussões serão organizadas por assunto, dentro de um tópico específico”, explica Denardin. Os tópicos ficarão organizados em "pastas" temáticas: RAC, Liberdade de Expressão, Direito de Acesso a Informações Públicas, Jornalismo Investigativo (em geral) e outras.

Após a implementação do "Bate Pauta", está prevista a inclusão da seção “Essa é Boa”, que reunirá as melhores reportagens publicadas no país, indicadas pelos sócios e diretoria. **(Thiago Mio Salla)**

Envie suas idéias para o congresso

A diretoria da Abraji está fechando a programação do congresso de setembro. Se você quiser contribuir com alguma idéia de oficina, painel ou possível convidado, entre em contato conosco, até o dia 15 de março, usando o e-mail abraji@abraji.org.br. A participação do maior número possível de sócios da Abraji no planejamento e no próprio congresso é muito importante.

"É preciso fazer mais reportagem sobre o que acontece sem ser visto"

De volta aos Estados Unidos, Barbara Crossette conta suas impressões sobre a imprensa brasileira

A jornalista norte-americana Barbara Crossette, 65, aposentada do New York Times após 30 anos de carreira no jornal – tendo sido chefe dos correspondentes do jornal na Ásia e nas Nações Unidas – passou cinco meses no Brasil, colaborando com a Abrají por meio de uma bolsa do International Center for Journalists. Depois de visitar nove Estados brasileiros (SP, RJ, RS, BA, MG, CE, RO, PR e GO), ela voltou aos Estados Unidos no dia 9 de março.

Nos próximos meses, vai ao Vietnã para novos encontros com jornalistas. "Será complicado, porque a imprensa de lá é toda governamental. Quero mostrar que mesmo numa imprensa oficial é possível fazer reportagem sobre outros assuntos", diz.

Em suas viagens no Brasil, conversou com diversos jornalistas e observou as diferentes características da imprensa brasileira. Embora não fale português, lia todos os jornais de onde visitasse por ter aprendido espanhol quando cobriu conflitos na América Central. Nesta entrevista, ela conta suas impressões sobre o jornalismo brasileiro.

Qual sua opinião sobre a imprensa nos nove Estados que visitou?

As diferenças são imensas, e é difícil generalizar. Nas grandes cidades, o jornalismo é de primeira classe. Fiquei desapontada, porém, com a falta de cobertura da África, da Ásia ou de outras partes do mundo nas páginas internacionais. Cobre-se demais os Estados Unidos. Na cobertura nacional, fala-se demais sobre política. Alguns jornalistas disseram que, quando tentam fazer coisas diferentes, são desencorajados – ouvem que falta espaço, e depois de algumas tentativas perdem o interesse por fazer reportagens tipo "feature". Isso, ou o que chamo de "reportagem empreendedora", é aquele tipo de matéria que mostra não o que aconteceu, mas o que vai acontecendo sem que se note. Investindo nesse tipo de reportagem, seria possível estar à frente no caso das crianças índias que morreram de fome. Não seria uma surpresa. Também faltam reportagens sobre a vida urbana, especialmente em São Paulo. No Rio nem tanto, talvez devido a seus problemas especiais. Em São Paulo, li pouco sobre como as pessoas vivem. Uma exceção foi um texto sobre gente dos vários teatros de um bairro que se uniu para resgatar uma praça. Muita coisa interessante acontece em São Paulo.

Qual é a maior preocupação dos jornalistas com quem você falou?

A principal, sem dúvida, é dinheiro – exceto nos maiores jornais, onde os jornalistas parecem ganhar decentemente. É esse problema que leva



os jornalistas ao duplo emprego, confundindo as fronteiras entre jornalismo e relações públicas. No Brasil inteiro, soube de jornalistas que trabalhavam ao mesmo tempo para o governo e para a imprensa. O segundo maior problema que ouvi foi com relação a pressões. Às vezes financeiras, às vezes por meio de ameaças e violência a jornalistas. Nas poucas viagens que fiz às fronteiras – Rondônia, certamente, um pouco no Ceará –, os interesses empresariais e políticos muitas vezes tomam formas violentas, e os jornalistas que tentam expor esses interesses viram alvos. Não cheguei a visitar o lugar, mas soube que um jornalista no Pará [Lúcio Flávio Pinto] foi agredido por isso. Não tenho como medir o tamanho desse conflito de interesses, mas no Rio ouvi falar de casos em que não-notícias eram publicadas porque alguém numa assessoria era amigo de alguém no jornal. Tanto em casos de produtos quanto em casos de governos. Ouvi que há pressão sobre os repórteres para pautar isso. Também ouvi sobre pressões para não questionar determinados assuntos e simplesmente repetir o que é divulgado.

Em termos de treinamento, quais você acha que são as principais necessidades no Brasil?

Falta mais debate sobre o jornalismo – fora, claro, da questão da relação entre governo e imprensa. Sempre me perguntam se os EUA precisariam de um conselho nacional como aquele

"Os repórteres precisam de tempo para pesquisar, andar por aí, falar com as pessoas"

Barbara Crossette

proposto aqui, devido à crise de credibilidade da imprensa por lá. Digo que a imprensa deve consertar a si própria. É preciso iniciativas como o Poynter Institute, com críticos de mídia dentro da mídia. Essa é uma das coisas que a Abrají já busca fazer: encorajar jornalistas a pensar sobre sua profissão, internalizar seus valores, pensar como melhorar. É preciso valorizar os melhores trabalhos que são feitos. É mais ou menos o que um ombudsman faz, mas só há dois no país. Para aumentar o nível da profissão aos olhos do público, é preciso falar sobre ela. É preciso uma consciência de que os jornalistas são importantes – não igual às celebridades, não só em São Paulo, mas em todas as cidades do país.

Que diferenças você viu no país em relação à imprensa norte-americana?

Nos EUA, mesmo em jornais menores, os repórteres têm mais tempo para apurar. Publica-se provavelmente menos opinião lá do que no Brasil. Há mais reportagens empreendedoras, e os repórteres se especializam nas áreas que cobrem. Claro, a imprensa lá tem mais dinheiro. Nos jornais daqui, impressionou a qualidade do design e das fotos. A cobertura do tsunami foi fantástica: eles colocavam todo tipo de informação nos gráficos, e isso facilitava a leitura. Os brasileiros têm o costume de quantificar, qualificar, coletar informações. Os jornais usam isso muito bem. Alguns são melhores nisso do que muitos jornais americanos e europeus. Mas ainda falta amplitude de cobertura.

Ouvi muita preocupação sobre o que os jornais internacionais escrevem sobre o Brasil, e isso é estimulado por haver colunas específicas. Quando sai algo no *New York Times*, repercute fortemente aqui. Muitos manifestaram a preocupação de que o jornal quisesse difamar o Brasil. Mas isso ocorre com outros jornais, como no caso da notícia sobre violência no Rio publicada pelo *The Independent*, de Londres. Não há nada nesses artigos que os brasileiros não soubessem. Às vezes, as pessoas acham que aqueles jornais são extremamente bons e que qualquer coisa que saia neles poderia melhorar ou piorar seu país. Mas é exagero. Lembre dos problemas de credibilidade que o *New York Times* teve.

Falta aos jornais brasileiros dar mais tempo às pessoas, ter mais dinheiro, mandar correspondentes pelo mundo, ter mais cobertura de ciência. Os jornais aqui têm uma ou duas páginas de ciência. O *New York Times* tem um caderno inteiro nas sextas. Soube que os repórteres fazem três ou quatro matérias por dia, e às vezes uma coluna. Eles precisam de tempo pra pesquisar, caminhar por aí, falar com pessoas. É uma questão financeira e de linha editorial.

Iniciativas para estudantes são o destaque do 1º semestre

Projeto Repórter do Futuro e lançamento da revista Babel, na USP, ocorrem nas próximas semanas

ABRAJI

Fundada em 7.dez.2002
Primeira gestão (dez.2003/dez.2005)

Presidente
Marcelo Beraba

Vice-presidente
Chico Otavio

Diretor Executivo
Fernando Rodrigues

Defesa Profissional
Fernando Molica

Ensino
Claudio Tognoli

Reportagem com Auxílio do Computador
José Roberto de Toledo

Comitês Regionais
Liege Albuquerque

Gerente executivo
Marcelo Soares

Monitores
Carol Hungria (RAC/Alertas)
Thiago Mio Salla (website)

FALE CONOSCO

R.Rego Freitas, 454/8º andar
São Paulo - SP- 01220-010
Fone: (11) 3214-3766, R:205
abraji@abraji.org.br

Os estudantes de jornalismo interessados em se tornar repórteres terão duas oportunidades de conhecer o trabalho da associação a partir do final de março, em São Paulo.

No dia 30 de março, na Escola de Comunicações e Artes da USP, a Abraji lança a revista Babel, feita por estudantes, cujo tema foi a criação da associação. Haverá um seminário voltado a alunos da ECA e outros interessados.

Cláudio Tognoli, diretor de ensino da Abraji e professor da ECA, orientou a produção da revista, feita por alunos do último ano de jornalismo. "Os alunos puderam entrar em contato com lendas do jornalismo, que em nenhum momento hesitaram em mostrar, passo a passo, os caminhos que tomaram em suas investigações", diz Tognoli. A revista fará parte do kit enviado aos sócios após o pagamento da anuidade em 2005.

A história da Abraji está ligada à USP. O seminário que reuniu 150 jornalistas para criar a associação, em 7 de dezembro de 2002, ocorreu no auditório Freitas Nobre, da ECA. A escola foi o primeiro endereço da Abraji, e os dois postos de monitores da Abraji são ligados à USP.

"É necessário colocar alunos de jornalismo em contato com 'gente que faz' na profissão, e para a academia é importante o contato com as mais recentes técnicas de investigação", diz Tognoli.

Também em São Paulo, a Abraji participa pela segunda vez do projeto Repórter do Futuro, promovido há dez anos pela Oboré Projetos Especiais (que abriga a sede da associação). Os estudantes que participam encontram jornalistas e fontes reais. São estimulados a produzir textos e a publicá-los. Ao final, edita-se cadernos resumindo as conferências.

Três temas e alguns palestrantes foram eleitos pelos estudantes. Representantes da Abraji e da Oboré visitaram as principais faculdades de jornalismo de São Paulo em fevereiro e março para conversar com os alunos e colher seus votos.

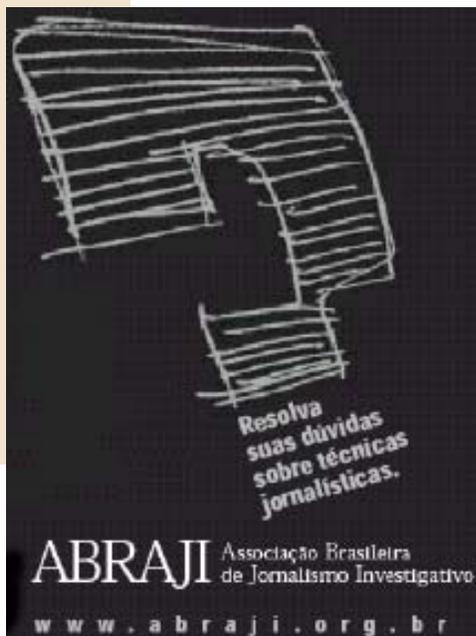
Para assegurar o compromisso dos alunos com o projeto, os alunos entre-



Participantes do Repórter do Futuro

gam um cheque pós-datado, no valor de um salário mínimo, no início do curso. Se o aluno participar de todos os encontros, escrever os textos solicitados e publicar um deles, recebe de volta o cheque, na chamada "Reembolsa". "Nove em dez conseguem", diz Sérgio Gomes, idealizador do projeto.

O projeto Repórter do Futuro inicia em 9 de abril, com a seleção e o lançamento do caderno de jornalismo com as conferências do módulo ocorrido entre agosto e outubro de 2004. As inscrições podem ser feitas por meio de um link no website da Abraji, até o dia 8 de abril.



MP do sigilo eterno entra em votação

Deve ir a votação na semana de 14 a 18 de março a medida provisória 228/2004, que revogou o decreto presidencial que criava o sigilo eterno para documentos classificados como ultra-secretos.

Pelo decreto, de 2002, esses documentos ficariam vedados por 50 anos e a vedação poderia ser sucessivamente renovada. A media atendia a setores do Exército e do Ministério das Relações Exteriores, que têm interesse em manter secretos documentos sobre a Guerra do Paraguai e sobre o processo de anexação do Acre, por exemplo.

Editada em dezembro, após a questão dos papéis da ditadura ter

voltado à pauta nacional com o caso das fotos erroneamente identificadas como sendo do jornalista Vladimir Herzog, no final de outubro de 2004.

A MP não resolveu o problema fundamental do decreto do sigilo eterno. Ela colocou em seu lugar uma comissão presidencial que, com base em critérios próprios, definiria se abriria documentos de qualquer classificação. Potencialmente, pode estender o sigilo eterno a qualquer documento, não só ultra-secretos.

Caso a MP não seja votada, ela tranca a pauta do Congresso nos próximos dias. Caso seja aprovada na íntegra, a medida se torna lei. Ela ainda pode ser modificada antes da votação.